



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: legislativo@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

PÁGINA

1

DESTINA-SE AO ARQUIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 2154/2012.

MENSAGEM: Nº XX DE XXXX.

LIDO EM: 05/03/2012.

TOTAL DE PÁGINAS: 06.

ASSUNTO:- Dispõe sobre a promoção de cursos de capacitação para os servidores do cargo de coletor.

AUTOR: JOSÉ ROBERTO GRAVA.

ARQUIVADO EM 10/01/2013.

Arquivado em 10/01/2013.

RAFAEL PSZYBYLSKI
Presidente 2013/2014



CÂMARA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

05 MAR 2012

PROJETO DE LEI N.º _____

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná

DECRETA

PROJETO DE LEI Nº 2154/2012.

Dispõe sobre a promoção de cursos de capacitação para os servidores do cargo de Coletor.

AUTOR:- JOSÉ ROBERTO GRAVA.

Art. 1.º O chefe do Poder Executivo poderá promover curso de capacitação para os ocupantes do cargo de Coletor do quadro de servidores da Administração Municipal de Sarandi.

Art. 2.º O curso abrangerá entre outras questões, orientações sobre as técnicas e procedimentos mais adequados para o recolhimento e manuseio dos diferentes tipos de lixo, de forma a garantir a segurança dos servidores e prevenir a ocorrência de acidentes.

Art. 3.º O curso será realizado anualmente e após a posse de novos servidores aprovados em concursos públicos, como condição para o exercício do cargo.

Art. 4.º O curso será ministrado preferencialmente por integrante do quadro próprio de servidores da administração Municipal.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos 02 dias do mês de Março do ano de 2012.

José Roberto Grava,
Vereador – Autor

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI PR
ARQUIVADO EM 10 / 01 / 2013





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

AV. MARINGÁ, 660 - FONE/FAX: (44) 4009-1750 - CX. POSTAL 070 - CEP 87111-000 - SARANDI - PR
site: www.cms.pr.gov.br - e-mail: camara@cms.pr.gov.br

Of. 003/2012/Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final*
Sarandi, 28 de março de 2012.

Senhor Presidente,

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em reunião Ordinária da aludida Comissão, na Sala de Reuniões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Sarandi, onde após analisar ao Projeto de Lei nº 2154/2012, que tem como Signatário o edil **JOSÉ ROBERTO GRAVA**, o qual Dispõe sobre a promoção de cursos de capacitação para os Servidores de cargo de Coletor, resolve solicitar a Vossa Excelência, que encaminhado à Procuradora Jurídica para a emissão de Parecer Jurídico, para somente após emitir o devido Parecer.

Respeitosamente,

*Belmiro da Silva Farias,
Presidente*

A Sua Excelência o Senhor
Presidente Rafael Pszybylski,
Câmara Municipal.
Nesta.





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

AV. MARINGÁ, 660 - FONE/FAX: (44) 4009-1750 - CX. POSTAL 070 - CEP 87111-000 - SARANDI - PR
site: www.cms.pr.gov.br - e-mail: camara@cms.pr.gov.br

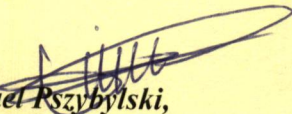
Of. 241/2012/DAB*

Sarandi, 28 de março de 2012.

Senhor Procurador,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, atendendo Ofício nº 003/2012, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cópia do Projeto de Lei nº 2154/2012, que tem como Signatário o edil **JOSÉ ROBERTO GRAVA**, o qual Dispõe sobre a promoção de cursos de capacitação para os Servidores de cargo de Coletor, para a emissão de Parecer Jurídico.

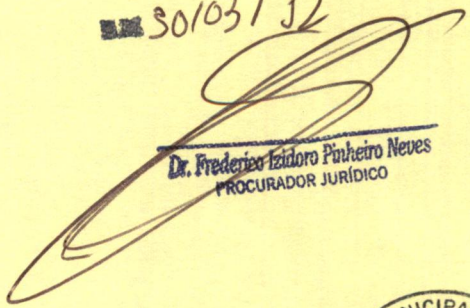
Atenciosamente,

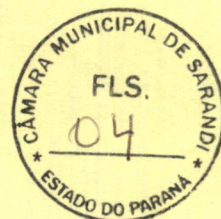

Rafael Pszybylski,
Presidente

A Sua Senhoria o Senhor Doutor
Procurador Frederico Izidoro Pinheiro Neves,
PROCURADORIA JURÍDICA.
Nesta.

EXPEDIENTE - LEGISLAÇÃO

DE 30/03/12


Dr. Frederico Izidoro Pinheiro Neves
PROCURADOR JURÍDICO





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

AV. MARINGÁ, 660 - FONE/FAX: (44) 4009-1750 - CX. POSTAL 070 - CEP 87111-000 - SARANDI - PR
site: www.cms.pr.gov.br - e-mail: camara@cms.pr.gov.br

Sarandi, 19 de abril de 2011.

Parecer n°. 16/2012

Ref. Of. 241/2012/DAB*

Assunto: PL 2.154/2012

Ementa: Curso de capacitação de servidores públicos como condição para o exercício do cargo. Matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito. Vício de Iniciativa. Impossibilidade de prosseguimento.

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei n°. 2.154/2012, de autoria do Chefe do edil José Roberto Grava, cuja ementa dispõe:

Dispõe sobre a promoção de cursos de capacitação para os servidores do cargo de coletor.

Instada a se manifestar novamente e feito o sucinto relatório, passamos a opinar.

FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Tratando-se de projeto de lei, mister que se analise os aspectos formais, materiais, a fim de que a futura lei não tenha sua constitucionalidade questionada.

1. ASPECTOS FORMAIS

1. Iniciativa

A proposição sob análise trata de promoção de cursos de capacitação para servidores públicos ocupantes do cargo de coletor, acrescentando, inclusive, que referido curso constará como condição para o exercício do cargo. A matéria relativa a servidores públicos, porém, é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, por determinação do art. 37, II, da Lei Orgânica do Município de Sarandi:





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

AV. MARINGÁ, 660 - FONE/FAX: (44) 4009-1750 - CX. POSTAL 070 - CEP 87111-000 - SARANDI - PR
site: www.cms.pr.gov.br - e-mail: camara@cms.pr.gov.br

Art. 37 – São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:
II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Destarte, referida matéria é de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, impedindo que o projeto de lei seja iniciado por vereador. **Este vício obsta o prosseguimento do processo legislativo por ausência de legitimidade para propositura.**

Salientamos, ainda, que nesta espécie de inconstitucionalidade eventual sanção do Prefeito não convalida o vício de iniciativa, ou seja, a vontade do Chefe do Executivo municipal não é suficiente para sanar o defeito de iniciativa¹.

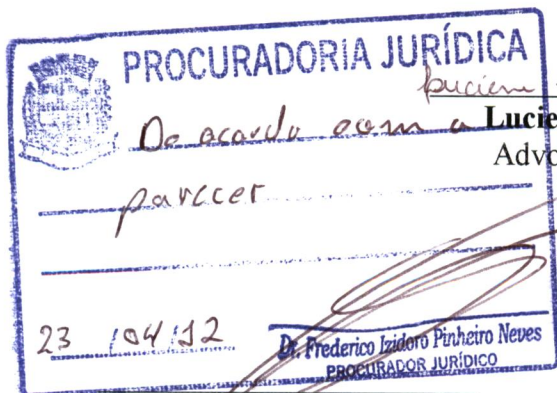
Assim, verificando-se a existência de vício insanável que impede a tramitação do projeto, deixamos de analisar os demais aspectos do PL nº. 2.154/12, pois desde já se mostra inviável a proposta legislativa em análise.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria Jurídica manifesta-se pela **inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº. 2.154/12, por vício de iniciativa, uma vez que violado o art. 37, II, LOM – Lei Orgânica do Município.**

S.m.j., é o parecer que submetemos à apreciação superior.

PROCURADORIA JURÍDICA



EXPEDIENTE TECNICO

23 ABR 2012



¹ Regime jurídico dos servidores públicos estaduais. Aposentadoria e vantagens financeiras. Inconstitucionalidade formal. Vício que persiste, não obstante a sanção do respectivo projeto de lei. Precedentes. Dispositivo legal oriundo de emenda parlamentar referente aos servidores públicos estaduais, sua aposentadoria e vantagens financeiras. Inconstitucionalidade formal em face do disposto no artigo 61, §1º, II, 'c', da Carta Federal. É firme na jurisprudência do Tribunal que a sanção do projeto de lei não convalida o defeito de iniciativa. (ADI 700, Relator Min. Maurício Corrêa, j. 23.05.2001, DJ 24.08.2001)

